

O SENTIDO ORIGINÁRIO DA EDUCAÇÃO: ENTRELAÇAMENTO ENTRE ÉTICA E POLÍTICA

*THE ORIGINARY SENSE OF THE EDUCATION ON THE
RELATIONSHIP BETWEEN ETHICS AND POLITICS*

Marcos Alexandre Alves¹

Resumo

O presente texto examina o papel da educação enquanto *sentido originário* para se pensar a relação entre ética e política. A proposta consiste em problematizar a indissociabilidade que envolve a reflexão ética e a prática política. Para levar a termo esse objetivo, analisa-se a atual conjuntura política, sendo que para isso tem-se que, em alguns momentos, recorrer ao pensamento filosófico ocidental no que concerne à relação/separação entre os interesses do indivíduo e da sociedade. A partir da análise do cenário ético-político atual, examina-se em que medida a filosofia contemporânea pode, pela sua reavaliação do pensamento ocidental, contribuir para a reconstrução de uma nova sociedade fundada em estruturas democráticas - respeito à diferença e cidadania ativa. Enfim, defende-se que a reconstrução da sociedade passa pela ressignificação da subjetividade ético-política, que por sua vez implica na reavaliação do papel que se atribui à educação. A verdadeira educação não consiste apenas no desenvolvimento de uma racionalidade técnico-científico, mas, sobretudo, na promoção inadiável da emancipação humana - passagem da ingenuidade à criticidade. A saber, o sentido originário do educar é abrir espaço para um procedimento crítico, para a emergência da emancipação da razão, que habilita denunciar a desrazão travestida de razão e efetivar em todas as esferas da vida política e social uma atitude ético-crítica.

Palavras-chave: Ética, Política, Educação, Crise. Democracia.\

Abstract

This paper examines the education's role in the originally sense to think about the relation between ethics and politics. The proposal it is problematized the inseparability involving ethics thinking and politics practices. The objective is to analyze the actual politic conjuncture and it is necessary to connect the Western philosophical thinking about the relationship/separation between the individual and the social interests. Reconstructing of the society needs the reassessment of the ethical and politics subjectivity which implies the evaluation of the education function, is the defended thesis. True education consists not only in the development of a technical and scientific rationality but especially in the urgent promotion of human emancipation - the naivety passage to criticality. Namely, the original meaning of education is to make room for a critical procedure for the emergence of the reason emancipation, which enables report unreason travesty of reason and effect in all spheres of political and social life and ethical-critical attitude.

Keywords: Ethics, Politics, Education, Crisis, Democracy.

¹ Doutor em Educação. Professor Adjunto do Curso de Filosofia do Centro Universitário Franciscano - UNIFRA e da Faculdade Palotina - FAPAS. E-mail: maralexalves@gmail.com

Delinear um entrelaçamento nas discussões entre ética e política é mais do que estreitar os relacionamentos entre a reflexão ético-filosófica e a prática política. Trata-se de colocar em questão uma evidência, que é aquela segundo a qual boa parte das práticas sociais - boas ou más, lícitas ou ilícitas - se compõem de ações individuais ou coletivas - capazes de traduzir os sentimentos, as sensações, as angústias, as dificuldades ligadas ao comportamento humano em sociedade. As práticas políticas se constroem sobre um projeto social que possui como substância de desenvolvimento o próprio comportamento humano que se tenta tornar maximamente previsível e calculadamente controlado dentro das necessidades sociais, o que torna importante a reflexão política e as práticas axiológico-comportamentais, principiadas pela reflexão ética.

E, quando se trata de pensar a ética, trata-se de evidenciar a raiz de onde tudo provém, a sede das tormentas e das soluções sociais: o comportamento humano. A reflexão ética se propõe exatamente a colocar-se atenta aos entrelaçamentos profundamente humanos das ações intersubjetivas e das intenções intra-subjetivas. Num primeiro olhar, o que se constata no comportamento humano? O que é que permite inaugurar uma investigação ligada à perspectiva que ora se assume como eixo de reflexão? Parte-se de uma pergunta: do que é que somos capazes como seres dotados de razão, de deliberação e decisão? Do que é que somos capazes por pensarmos causas e fins, meios e métodos, por sermos seres que intentam, refletem, agem e são capazes de criação? O que podemos fazer como seres criativos?

Por mais paradoxal que possa parecer, a capacidade de criar se encontra alinhada com a paralela capacidade de destruir. E esta parece ser uma força tão equivalente à criativa. É assim que fenômenos absolutamente opostos convivam juntos, produzindo todas as contradições que marcam a vida social. É curioso pensar que o mesmo líquido pode ser veneno e antídoto. Atrás de todo esse dilema está o infindável rol de escolhas e decisões que marcam a capacidade humana de deliberar e que dão condições para a formação do agir ético. Num contexto pós-moderno, urge serem pensadas ou repensadas as perspectivas éticas e os dilemas axiológicos, pois falar de ética, bem como do entrelaçamento desta com as questões políticas, não é um contrassenso, mas um exercício necessário, até mesmo porque num momento de ceticismo ético e de derrocada dos universais morais se depreende novos valores despontando a partir da própria cultura histórica desse tempo.

A ética e a política têm um papel determinante na reconstrução da vida contemporânea. Essa afirmação coloca em questão um debate que parece nostálgico e insólito. Porém, isso pode ser colocado em suspenso desde que se perceba a grave crise que avassala qualquer forma de política e afeta a própria ideia do que seja a política, sobretudo, ao se considerar os enfrentamentos mais claros dessa problemática após os anos de 1980 (SANTOS, 2003).

Que as decisões políticas precisam ser voltadas para o espírito do que é comum, a serviço do todo, a própria semântica do termo "Política" (Cidade, Cidadão) já parece denunciar. Ora, toda preocupação com o fazer do espaço público um *locus* no qual se constroem as tramas da liberdade não somente tem sido a determinação dos estudos da Ética e da Filosofia Política (ARISTÓTELES, 1992; 1998), como também que mais de perto tem incomodado as perspectivas futuras do próprio Estado, na medida em que admitir e gerenciar a crise em que se encontra mergulhado tem representado para os seus idealistas uma missão quase impossível em um contexto de profundo desmantelamento de sua genética capacidade de orientação das metas sociais, distribuição de riquezas, produção de bem-estar

social, promoção de justiça, determinação das linhas econômicas, definição dos conflitos sociais etc., para o que havia sido intentado no início da Era Moderna (BAUMAN, 2000).

Num contexto de transformações, é possível entrever a clara separação entre poder e política, o que somente acentua a crise das instituições clássicas que, desde a Era Moderna, organizam os modos pelos quais as forças sociais se distribuíam e construíam o senso do coletivo. Em parte, mas não somente, a globalização acentua e aprofunda esse processo de cisão entre política e poder. Nesse sentido, para Bauman, a globalização significa:

a progressiva separação entre poder e política. Como assinalou Manuel Castells, no seu recente e monumental estudo em três volumes sobre a sociedade da informação, o capital e, especialmente o capital financeiro, flui não mais limitado pelo espaço e a distância, enquanto a política continua como sempre localizada, presa ao território. Podemos dizer que o poder e a política ocupam espaços diferentes. O espaço físico, geográfico, continua sendo a casa da política, enquanto o capital e a informação habitam o ciberespaço, no qual o espaço físico é abolido ou neutralizado (2000, p. 125).

O desmantelamento do Estado é um dos temas que se encontra no seio das preocupações teóricas contemporâneas, e distinguir essa dimensão do que continua e do que desmorona em conjunto com as demais transformações é tarefa das reflexões que aqui se engendram. O que se deve pensar, no entanto, não é tanto o que há por fazer nas perspectivas do Estado. Deve-se pensar é em que perspectiva se encontra a discussão sobre as capacidades paralelas às do Estado de revigorar modos alternativos de construção da sociedade. O que há para se pensar é onde e como deve atuar o Estado para ser efetivamente interventor, e onde se encontram os grandes problemas sociais sobre os quais atuar para remediar. Isso tudo movimenta as perspectivas pelas quais se tem pensado o próprio papel do Estado. Deve a ele tudo ser delegado? Deve-se dele esperar a solução quietista de todos os problemas sociais? Quais as perspectivas para o desenvolvimento das políticas públicas em meio à crise?

Revisitar as questões sociais e, em especial, o Estado é propor repensar os modos pelos quais as políticas públicas são exercidas em seu seio. Esse exercício de repensar passa também pelo âmbito da rearticulação dos modos pelos quais as próprias técnicas, os próprios saberes e as próprias ciências de Estado lidam com a dinâmica do aparelho, que deve servir à sociedade. Pensar as políticas públicas efetivas é um desafio em tempos em que a inoperância e o descrédito tomaram conta da consciência coletiva acerca da capacidade de ação e intervenção do Estado sobre a sociedade. Dessa forma, o que se pretende é que as leituras e as pesquisas interdisciplinares devem se habilitar, paulatinamente, a responder por perspectivas cada vez mais capazes de facilitar, a fim de que o Estado e a sociedade deem conta de seus próprios compromissos, no âmbito de suas atuações.

O que é público deve servir ao público, e não às malhas que sustentam o próprio poder. E o que se vê não incomumente, é exatamente o contrário. Uma sucessão de atropelos, desentendimentos, falta de encaminhamentos, não cumprimentos de deveres elementares, corrupção, desordem administrativa, empecilhos burocráticos, mecanismos ultrapassados de gerenciamento de esquemas de trabalho, carência de estrutura e dinamismo, desorientação intelectual, entre outros fatores, interferindo diretamente nos modos pelos quais o Estado presta contas de sua utilidade à sociedade (CORTINA, 1996).

A reengenharia do poder e da máquina burocrática é um tema de desenvolvimento nacional. A aproximação da dimensão administrativa da política, com o pleno e efetivo conhecimento do objeto da política pública, é o que permite a plena atuação prática do poder de gerenciamento de conflitos e necessidades sociais; não é nada diferente o que se almeja para a concepção aqui em discussão de uma reengenharia do poder. Esse procedimento é algo de imprescindível necessidade no contexto atual, em razão da real carência sentida pela perda das estratégias de ação coletiva. Trata-se de um problema de clara intersecção entre ética e política, exatamente porque a fragmentação da vida coletiva, pelo decréscimo dos mitos coletivos, e pela ascensão da consciência individualista, tem produzido o desmantelamento da unidade coletiva, possível de ser partilhada por meio de práticas políticas (BAUMAN, 2000).

O que impera num contexto pós-moderno é exatamente a multiplicação dos modos individualistas de ação, formas de comportamento que determinam o isolamento dos agentes sociais e a dissolução do corpo de objetivos que movimentam as decisões políticas. A arena política, em poucas palavras, está esvaziada. A política perde sentido, ganhando sentido o imperativo do mercado, que com sua lógica de satisfação de interesses pessoais e privado, toma conta dos espaços vazios anteriormente preenchidos pelo pensar e debater questões de interesse geral. Quando essa crise se instala e toma conta do tecido social, não só os modos de estruturação da sociedade passam a servir à “lógica do mercado”, como os mecanismos que determinam a cidadania passam a ser traídos por critérios de consumismo, e não por critérios políticos. E, se o mercado promete certezas e segurança, o que ele tem a oferecer são incertezas, inseguranças e volubilidades.

As ausências da política são preenchidas pela presença do mercado, fazendo que o próprio processo de constituição do que é público se torne um processo realizável pelo jogo do poder econômico, velada ou explicitamente presente nas jogatinas do poder (SANTOS, 2003). O que a crise pós-moderna está evidenciando é uma perda de sentido essencial para o convívio político, com impactantes consequências sobre a dimensão da liberdade - individual e coletiva -, que está atrofiada conforme coloca o ensinamento de Hannah Arendt:

O que faz do homem um ser político é sua faculdade para a ação; ela o capacita a reunir-se a seus pares, agir em concerto e almejar objetivos e empreendimentos que jamais passariam por sua mente, deixando de lado os desejos de seu coração, se a ele não tivesse sido concedido este dom - o de aventurar-se em algo novo. Filosoficamente falando, agir é a resposta humana para a condição da natalidade. Posto que todos adentramos o mundo em virtude do nascimento, como recém-chegados e iniciadores, somos aptos a iniciar algo novo; sem o fato do nascimento jamais saberíamos o que é a novidade, e toda “ação” seria ou mero comportamento ou preservação. Nenhuma outra faculdade, a não ser a linguagem - e não a razão ou a consciência -, distingue-nos tão radicalmente de todas as espécies de animais. Agir e começar não são o mesmo, mas estão intimamente conexos (2001, p. 59).

Se a desintegração que parece ser a característica desse momento de transição, uma vez instaurada a crise, deve-se enfrentá-la pensando nos modos de resistência ao esquematismo que orientou a identidade entre Estado e política. Nem só o Estado é agente político, e a sociedade não deve ser

somente o agente passivo receptor das políticas legislativas criadas pelo legislador, esta que já foi a grande forma de controle social. A racionalidade global, a universalidade abstrata, a legislação imperativa, a neutralidade do Estado, o unilateralismo das políticas centrais do Estado devem ser substituídos em nome de uma rearticulação dos modos pelos quais se pratica o poder.

Uma nova teoria da democracia deve caminhar para tornar-se a alternativa possível ao modo pelo qual os paradigmas modernos liberais e capitalistas respondiam ao esquematismo de distribuição do poder. A ideia de partilha do poder, pela difusão, vem, necessariamente, em substituição às ideias de centralização e dominação vertical.

A nova teoria democrática deverá proceder à repolitização global da prática social e o campo político imenso que daí permitirá desocultar novas formas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania. Esse novo campo político não é, contudo, um campo amorfo. Politizar significa relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada. As diferenças entre as relações de poder são o princípio da diferenciação e estratificação do político. Enquanto tarefa analítica e pressuposto de ação prática, é tão importante a globalização do político como sua diferenciação (SANTOS, 2003, p. 271).

Trata-se de pensar em uma nova dinâmica na distribuição de poder e numa politização profunda da cultura social, a ponto de transformar as formas de distribuição de poder em modos de equilíbrio sócio-democrático. A multiplicação dos eixos de poder, a rearticulação das estruturas e competências para o exercício do poder, a ampla conscientização da acessibilidade do poder, a difusão dos modos pelos quais se compartilham as experiências de poder, são questões implicadas nessa agenda, e isso se alguma transformação se deseja à miséria atual da política. A outra alternativa é sempre possível: manter-se tudo como está - mais cômoda e mais fácil, porque está alicerçada sobre estruturas que favorecem interesses predominantes. Esse modo de pensar deve significar uma profunda profilaxia dos cânones tradicionais de orientação liberal da política, sob pena de, mantendo-se o *status quo*, sentir-se cada vez mais o desmoronamento completo das estruturas atuais de poder.

A questão de assumir uma nova perspectiva política e, com isso, partir para uma modificação substancial do *status quo* das estruturas de representação e manifestação do poder, parte da dimensão crítica do éthos de um povo. Se isso é verdade, o que se está pensando é que somente o fortalecimento das causas - filosóficas, políticas, humanas, culturais - que determinam a insubordinação poderia dar conta de uma modificação efetiva das instâncias sociais, tais quais subsistem no atual contexto. No entanto, qualquer mudança política carece de adesão, participação, debate, fulgor político, comprometimento. O mundo opaco no qual se vive possui sempre as mesmas cores, pois da polimorfia surge a atrofia do senso político, de onde se extrai a apatia geral. Apesar de a insegurança ser a marca geral das sensações, o que se pode dizer é que não há uma ideologia, uma liderança, uma proposta, ou um ideário capaz de congrega ou mobilizar consensos, ou mesmo de dissuadir as suas causas.

Os aspectos sombrios da indiferença parecem ser a face oculta do clima de insegurança. O aspecto geral do problema somente faz pensar a crise, e na palavra crise projetada por sobre diversas dimensões da vida: cultural, educacional, política, institucional, da segurança, econômica, etc. Ora, é

exatamente um resgate possível do termo crise que permite entrever que ela é o esteio da mudança, pois crise (*krísis*) significa o momento em que a patologia vem à tona, demonstrando todos os sintomas da doença que precisa ser diagnosticada e curada pelo médico. Poucos lembram hoje em dia que a palavra “crise” foi cunhada para designar o momento de tomar decisões. Etimologicamente, tem muito mais a ver com o termo *critériun* - princípio que usamos para tomar a decisão certa - do que com a família de palavras associadas a “desastre” ou “catástrofe” na qual costumamos hoje localizá-la (BAUMAN, 2000). Portanto, nesse momento, deve-se pensar hipocraticamente como médico, para cuidar da saúde social, tendo em vista que os elementos da decomposição do corpo já estão dando mostras de desejar corroer todas as entranhas da sociedade humana.

O que assusta, no entanto, não é ter de agir sobre o corpo doente, de ter que utilizar um procedimento traumático, ou de ter de se valer de técnicas invasivas, mas não se sabe exatamente o que fazer, ou seja, viver a indefinição de não ter o que decidir. O grande mal da modernidade foi ter feito a humanidade pensar que a estabilidade poderia ser alcançada pelo controle racional. Ter alardeado e prometido a independência humana das inconstâncias e dos fluxos do destino pelos controles racionais (Poder, Arbitrio, Direito, Moral, Ciência) foi exatamente o erro, em prol da segurança, cometido pela ideologia moderna, desejosa de afirmar-se pelas classes burguesas. Contudo, deseja-se a maturidade da humanidade, a autonomia da vontade política, a democracia autoconsciente, a dinâmica de agentes responsáveis socialmente, o convívio estruturado em mútuo respeito à dignidade da pessoa humana, então a ideia é entrever nas crises que se aludem um momento de real início do processo de busca da autonomia moral e, portanto, princípio do longo trajeto ou percurso da humanidade em direção ao exercício responsável de suas capacidades morais.

Há, no entanto, outra maneira de examinar a natureza da moralidade, na qual a responsabilidade do ator independente tem um lugar de honra. Nessa perspectiva, a abundância de valores concorrentes não parece sinal de “crise”, e então, se é crise, longe de tocar um dobre de finados pela moralidade, ela anuncia condições favoráveis para aqueles indivíduos que encaram o fato de sua inevitável responsabilidade pelas opções morais. Tal “crise” não é a marca de uma terra inóspita aos “eus” morais; ao contrário, sinaliza uma atmosfera promissora a seu nascimento e amadurecimento - situação que, mais que qualquer outra, instiga os indivíduos a assumir responsabilidade por sua responsabilidade (LEVINAS, 1997).

Esperar que desse fluxo de gerações, que dessa movimentação articulada de forças espontânea soterradas pela sensação do desespero inseguro de tempos voláteis, bem como viver esperançosamente em momentos debilmente facilitadores de qualquer sobrevivência valorativa, eis alguns desafios desses tempos. Nesse contexto, entende-se que a educação justifica, e torna cada vez mais ponderada, a reflexão ética e seus entrelaçamentos com a prática política.

Atualmente, o grande desafio que se impõe à educação, em um mundo marcado pela primazia do sistêmico, é encontrar uma configuração que possibilite a reconstrução do ser humano. Isso só poderá ser levado a termo na medida em que a educação abrir espaço para a dimensão ético-crítico do saber, para a abertura, o respeito para com a alteridade, ou seja, para a criticidade imanente à prática política (LEVINAS, 1997).

A reconstrução de um sujeito ético-político passa pelo processo de reensinar as pessoas, a perguntar, a admirar-se diante da realidade. Parece que se desaprendeu a perguntar, a questionar, o que

significa dizer, se desaprendeu a arte do espanto e da admiração diante do novo, do inusitado e, por conseguinte, desaprendeu a dialogar e a conviver politicamente com os outros seres humanos. Sem espanto diante da vida, do diferente, sem admiração em face do novo, tende-se ao automatismo solipsista que marca nosso momento histórico.

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos (FREIRE, 1996, p. 32).

A pergunta é um ato inicial de politicidade e transcendência sobre o contexto de nossa inserção e traz sempre a chance de um alargamento de perspectivas e de possibilidades. Essa possibilidade de transcendência que marca a vida humana revela a provisoriabilidade estrutural de todo mundo social, enquanto sistema aberto ao questionamento e à crítica. Por isto, nenhuma realidade sócio-histórica pode ter a pretensão de ser o espaço definitivo da vida humana, pois ela pode ser ultrapassada pela postura ético-crítica. Neste sentido, a vida humana, social e cultural é sempre espaço de possibilidade a um futuro a ser construído a partir do mundo histórico-político que o gerou.

Uma educação capaz de se confrontar com os desafios do mundo contemporâneo é a que reconhece que a modernidade, apesar de todos os seus reducionismos em seu processo de efetivação, gestou as condições fáticas de possibilidade para a emergência de um sujeito ético-político. Esta crítica radical aponta para uma visão mais profunda e abrangente da racionalidade humana, capaz de recuperar a riqueza de suas diversas dimensões.

Educar é desenvolver a criticidade, a dimensão ética e política do ser humano, isto é, capacitar-se a denunciar “a desrazão travestida de razão”. Portanto, é a capacidade de percepção dos limites da razão humana, é o reconhecimento da irracionalidade em que ela muitas vezes se move e a força de resistência para se libertar do irracional. Assim, educar é tornar as pessoas capazes de detectar e criticar a irracionalidade presente no próprio sujeito, no mundo das instituições da vida social, como nos discursos humanos que se pretendem racionais, o que só se faz possível na medida em que os sujeitos da interação social aprendem a conduzir a vida, radicados em procedimentos éticos. Portanto, uma educação digna desse nome é a que alimenta a reflexão questionadora e a vontade de transformar um mundo que se afastou da razão; portanto, uma educação que abre a vida toda à razão (OLIVEIRA, 1993).

A educação está inserida no mundo “prático” das interações sociais e mostrou-se como processo de distanciamento crítico das pretensões de validade que se traduziram enquanto formas de convivência humana, constituindo o mundo em que ela mesma se encontra enraizada. Trata-se, de passar da forma originária de sociabilidade radicada na aceitação acrítica de cosmovisões e padrões de comportamento transmitidos pela tradição a uma sociabilidade discursiva - forma nova de comunicação e ação entre os sujeitos.

A partir desta perspectiva, a educação revela-se como a promoção de uma postura reflexiva diante de qualquer dado. Em princípio, tudo pode ser problematizado em relação à sua validade, o que

implica a criação de uma nova mentalidade como atitude fundamental de vida: a exigência de argumentação justificante para a aceitação de pretensões de validade. A educação se põe, assim, no seio da sociedade e da história, ali onde está em jogo a conquista da humanidade do ser humano.

Neste nível se revela mais claramente a razão última de ser do processo educativo: possibilitar a emancipação política pela mediação de uma reflexão ético-crítica. Tal processo está radicalmente vinculado à conquista da maioria responsável dos seres humanos, um processo interessado na efetivação da razão na vida histórico-política do ser humano. Ou seja, interessado na superação da irracionalidade existente, o que implica criar nas pessoas uma postura de resistência a todo tipo de dogmatismo, de escravidão, de discriminação, de toda forma de humilhação da dignidade do ser.

Portanto, no processo de formação humana, a educação significa elevar o ser empírico individual e situado à esfera do respeito de cada ser de acordo com sua forma própria de ser, detectando em cada qual um valor em si mesmo por sua participação na razão diferenciada. Ser educado significa, assim, saber situar-se de maneira responsável em relação às pessoas. A educação deve apontar para a comunhão ético-política dos seres humanos uns com os outros.

Neste sentido, a educação tem de desenvolver um respeito grande a todo e qualquer trabalho humano enquanto atividade a serviço da satisfação das necessidades fundamentais da vida humana. A formação atual de organização da convivência humana conduziu à exploração de milhões de pessoas no mundo e da natureza, considerada destituída de qualquer valor a não ser quando trabalhada pelo ser humano. Neste contexto, a educação enquanto processo crítico-reflexivo deve provocar e proporcionar às subjetividades uma ação política, que efetive e restabeleça uma coerência social, alicerçada nas categorias éticas da responsabilidade para com a Alteridade (LEVINAS, 1997).

Nessa ótica, sustenta-se que a educação é encontro inter-humano. Isto é, um processo que visa à configuração de um mundo humano, enquanto possibilitador de espaço de sociabilização e de convivência com o diferente. Logo, deve comprometer-se com a construção e reconstrução da subjetividade ética, engajada com o verdadeiro sentido da politicidade. Esse processo começa no plano da configuração das relações inter-humanas e eleva-se à esfera da comunhão ético-política, o que implica a eliminação de qualquer forma de negação da alteridade.

Portanto, o humano, meta e fim de todo o processo educacional, não é algo alcançado uma vez para sempre, mas processo sempre aberto a novos espectros e horizontes de possibilidades. Por conseguinte, a educação que habilita a reflexão ética e a prática política é um processo permanente, sempre inconcluso, como inconcluso é o processo de busca de relações que tornem possível a construção de um mundo que efetive a comunhão intersubjetiva pela eliminação das opressões. Uma educação ética só poderá ser radical quando for capaz, politicamente, de unificar na diferença a conquista da justiça social.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília: Ednub, 1992.

_____. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 2001.

BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CORTINA, A. *Ética civil e religião*. Trad. Magno Vilela. São Paulo: Paulinas, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LÉVINAS, E. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, M.A. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Ética e práxis histórica*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

